



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0018729-16.2009.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Reinaldo Gonçalves de Camargo**
 Requerido: **Clelia Aparecida Luchesi de Almeida e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

REINALDO GONÇALVES DE CAMARGO
 ajuizou Ação **DE INDENIZAÇÃO** em face de **CLÉLIA APARECIDA LUCHESI DE ALMEIDA** todos devidamente qualificados.

Alega o requerente, em síntese, ter sido vítima de um acidente causado pela ré, que ao trafegar com seu veículo ECOSPORT fez uma conversão sem a devida cautela e veio a colidir com sua motocicleta SUZUKI. Salaria que em decorrência do acidente foi dispensado de seu trabalho, e experimentou lesões corporais incapacitantes. Pediu a procedência da ação, bem como a condenação da requerida ao pagamento de lucros cessantes, despesas de tratamento médico, pensionamento, devido sua incapacidade e danos morais e estéticos.

Juntou documentos às fls. 08/31.

A audiência de conciliação, restou infrutífera fls.58/59.

Devidamente citada, a ré contestou às fls.60/68, denunciando a lide a Sul América Cia Nacional de Seguros; alegou que há culpa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

concorrente entre as partes; não ter o autor comprovado a sua demissão, nem tampouco o custo das despesas com tratamento médico; que não há o que se falar em indenização devido a concorrência de culpa.

Sobreveio réplica às fls.74/77.

A denúnciação á lide foi deferida as fls.80 e a Seguradora SUL AMÉRICA, se manifestou às fls.109/130, alegando que por ter havido culpa concorrente no acidente em questão, as despesas com tratamento médico, lucros cessantes e danos estéticos não devem ser indenizadas; quanto aos danos morais sua responsabilidade fica limitada aos valores contratados.

Houve manifestação do autor às fls.193/197.

Pelo despacho de fls.228, as partes foram instadas a produzir provas, o autor requereu a designação de audiência de instrução e julgamento e a realização de exame médico pericial, a denunciada se manifestou alegando que pretende provar a improcedência da ação através da oitiva arrolada pelo denunciante, a ré Clélia não se manifestou.

Pelo despacho de fls.233 foi deferida a prova pericial médica pleiteada pelo autor, encartada às fls.277/278

Pelo despacho de fls. 289, foi deferido o pedido de prova oral requerido pelo autor. As testigos arroladas às fls.302, foram ouvidas em audiência de instrução fls.304/304.

Pelo despacho de fls.321, foi declarada encerrada a instrução, a ré e a corré apresentaram memoriais.

É o relatório.

DECIDO.

Ao ser inquirida **na lavratura do Boletim de Ocorrência**, a ré **confessou** a **inrepação**; admitiu ter feito a conversão **sem**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

visualizar o ciclomotor vindo no sentido contrário da Via!!!

Em juízo trouxe versão totalmente diversa para – tentar – ilidir a responsabilização mas que não pode ser aceita já que contrariada pelas **duas testemunhas presenciais**, inquiridas sob as penas da lei e que relataram o ocorrido com coerência, dando inteiro suporte a versão da demandante.

A pequena divergência indicada pelo combativo defensor da ré não se presta a derrubar o teor das oitivas que foram coesas em ponto estrutural, ou seja, a culpa pelo sinistro: sem dar sinal de seta e de modo abrupto a ré já se pôs a converter à esquerda e **colheu/interrompeu a normal trajetória do autor, que tinha evidente preferência de passagem pois iria seguir em frente pela própria Rua Américo Jacomini Canhoto.**

O que interessa ao desate da controvérsia é que **a ré cortou o fluxo**, a trajetória, do outro motorista em momento totalmente inoportuno e, assim, responderá ao reclamo de ressarcimento.

O autor reclama lucros cessantes e pensão além de ressarcimento de despesas médicas e danos morais.

Pelo que se observa a fls. 20, o autor prestava serviço **temporário** com salário fixo e acabou dispensado não se sabe por qual razão.

Ganhava R\$ 500,00 ou o equivalente a 131,5% do salário mínimo (que na época era R\$ 380,00).

Embora o atestado de fls. 210 não tenha definido o resultado final de trauma, tal circunstância acabou sendo suprida a fls. **216/217**.

As sequelas são irreversíveis; mesmo a possível



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

correção da deformidade experimentada, tem grande risco de reativação da osteomielite.

A prova produzida a respeito indicou uma incapacidade parcial, embora permanente.

O expert indica 40% de perda.

O pensionamento deve retroagir ao chamado que se concretizou em janeiro de 2010.

Na época o salário mínimo era de R\$ 510,00; portanto 131,5% equivalem a R\$ 670,65.

Assim, os 40% que serão assumidos pelos réus representam R\$ 268,26.

Essa pensão vitalícia está prevista no artigo 950 do Código Civil, que dispõe: “se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu”.

Neste sentido:

“RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO LÍCITO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. ESTADO DE NECESSIDADE. JULGAMENTO ANTECIPADO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE DA SENTENÇA. LESÕES GRAVES. INCAPACIDADE PERMANENTE. PENSÃO VITALÍCIA. MULTA DO ARTIGO 538 DO CPC. INTUITO PREQUESTIONADOR. SÚMULA 98/STJ (...) 7. A pensão por incapacidade permanente decorrente de lesão corporal é vitalícia, não havendo o limitador da expectativa de vida. Doutrina e jurisprudência acerca da questão. (...) 9. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA AFASTAR A MULÇTA DO ART. 538 DO CPC" – STJ. Processo REsp 1278627 / SC Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino – Terceira Turma. Data do Julgamento 18/12/2012.

No tocante aos danos morais, não há dúvida a respeito do abalo psíquico sofrido, uma vez que a autor terá de lidar eternamente com uma diminuição da mobilidade física, além do alejão. Inúmeras atividades que exigem esforço e movimentação do membro inferior esquerdo serão afetadas, se não integralmente, ao menos consideravelmente.

É evidente que isso marcará indelevelmente a vida do autor, e as dificuldades pelas quais passará certamente refletirão em seu íntimo, afetando sua autoestima.

Os danos extrapatrimoniais, não tem a função de quantificar a dor, mas sim de mitigar a ofensa a um direito personalíssimo, de forma a servir como estímulo à vítima e desestímulo ao infrator.

Nesse sentido, os ensinamentos de Agostinho Alvim?: *"Não se pode admitir que o dinheiro faça cessar a dor, como faz cessar o prejuízo material. Mas o conforto que possa proporcionar mitigará, em parte, a dor moral, pela compensação que oferece"*

Desta forma, impõe-se ao ofensor a obrigação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

de pagar certa quantia em dinheiro em favor do ofendido para reparar o mal causado. A doutrina brasileira, seguindo as esteiras do Direito Comparado, concede ao juiz amplos poderes para a definição da forma e da extensão da reparação cabível, em consonância com a própria natureza das funções que exerce no processo civil (artigos 125 e 126 do Código de Processo Civil).

Para essa fixação, devem-se levar em conta todos os fatores que envolveram a causa, ou seja, a conduta dos réus, bem como as circunstâncias quando da violação do patrimônio moral.

No caso dos autos, a vítima não concorreu de qualquer forma para o evento danoso. Ainda, considerando a gravidade do acidente, e todas as consequências daí advindas, fixar-se-á a indenização extrapatrimonial em R\$ 50.000,00.

Sobre os lucros cessantes e despesas médicas não há como o Juízo deliberar em vista da total falta de provas.

Para fins de pagamento, deve a ré pessoa física constituir capital para atender a obrigação alimentar decorrente de ato ilícito, nos termos do que dispõe o artigo 475-Q do Código de Processo Civil. Nesse sentido a súmula 313 do E. Superior Tribunal de Justiça (*“Em ação de indenização, procedente o pedido, é necessária a constituição de capital ou caução fidejussória para a garantia de pagamento de pensão, independentemente da situação financeira do demandado”*).

Ressalto que, segundo entendimento jurisprudencial, o valor arbitrado a título de indenização pode ser compensado com eventual recebimento de seguro DPVAT pela vítima, caso haja comprovação de seu recebimento, a ser apurado em oportunidade própria (nesse sentido: Apelação Cível nº 1876205-34.2005.8.13.0672, 18ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Guilherme Luciano Baeta Nunes. j. 15.12.2009, maioria, Publ. 15.01.2010).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Resta analisar a lide secundária, que envolve o vínculo entre o proprietário do veículo e a seguradora.

A cobertura securitária encontra-se na apólice de fls. 69.

Assim, por força do ajuste, a seguradora deve ser condenada observando, por certo, os limites da apólice.

Como a lide "principal" está sendo acolhida, e provado o vínculo do denunciado, impõe-se, o reconhecimento da solidariedade, diante do que se está julgando; assim, não se vê empecilho a que o autor, na fase de execução, volte-se diretamente apenas contra a requerida, contra a denunciada/seguradora ou contra ambos.

É o que se convencionou chamar de "Teoria da extensão ficta da relação jurídica material", explicada na obra "Do Litisconsórcio na Denúnciação da LIDE", in Processo e Constituição, coord. Fux, Nery Júnior e Teresa Wambier, Ed. RT, 2006, pág. 437/438.

A jurisprudência, aliás, vem se posicionando nesse sentido, por sinal de modo consentâneo com a realidade e as exigências do bem comum (art. 5º da LICC), vendo-se a propósito, *mutatis mutantis*:

"CIVIL E PROCESSUAL. SINISTRO AUTOMOTOR. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE FEITA PELO RÉU. ACEITAÇÃO. CONTESTAÇÃO DO PEDIDO PRINCIPAL. CONDENAÇÃO DIRETA DA DENUNCIADA (SEGURADORA) E SOLIDÁRIA COM O RÉU. POSSIBILIDADE.

1. Se a seguradora comparece a Juízo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

aceitando a denunciação da lide feita pelo réu e contestando o pedido principal, assume ela a condenação de litisconsorte passivo, formal e materialmente, podendo, em consequência, ser condenada, direta e solidariamente, com o réu. Precedentes do STJ.

2. Recurso Especial de ACE Seguradora S/A não conhecido" (Resp. 699.680/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves).

"Denunciação da lide – Execução por título judicial – Ação executiva do autor diretamente contra a seguradora – denunciada – Possibilidade – **Ocorrência de sub-rogação do credor da ação principal nos direitos do devedor, vencedor da denunciação** – Embargos de Devedor rejeitados – Embargos Infringentes rejeitados" - (1º TACivSP, EI 837.629-8/01-SP, 12ª Câmara, Rel. Juiz Paulo Eduardo Razuk, V.U., j. 16/05/2000 – grifos desse julgador).

No que diz respeito ao pensionamento a Seguradora deve desembolsar o valor de uma só vez, respeitando o limite da apólice para “danos corporais”; o mesmo ocorre com os “danos morais” (v. fls. 69).

A ré/denunciante ficará, assim, responsável pelo que exceder, salvo se o autor preferir buscar diretamente dela todas as verbas, hipótese em que a Seguradora efetuará o reembolso.

A correção dos montantes observará o que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

prevê o contrato.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos da ação principal, com fundamento no art. 269, I, do CPC, para condenar solidariamente CLELIA APARECIDA LUCHESI DE ALMEIDA e SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS a pagar ao autor REINALDO GONÇALVES DE CAMARGO: a) pensão mensal vitalícia no valor de R\$ 268,26 e b) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais.

A pensão vitalícia tem início no chamado, com juros moratórios de 1% ao mês e correção monetária pela tabela do TJ/SP.

O atrasado, acumulado, deve ser desembolsado de uma só vez.

O valor do dano extrapatrimonial (moral) tem correção monetária a partir do arbitramento, segundo a tabela do TJ/SP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do acidente.

Ficam os réus, igualmente, obrigados a constituir capital para atender a obrigação alimentar decorrente do ato ilícito.

Possível compensação da indenização com eventual valor recebido a título de DPVAT pela vítima, deve ser apurada oportunamente.

Pela sucumbência, os réus arcarão com o pagamento das custas e despesas processuais da lide principal e com os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

honorários advocatícios, fixados em R\$ 5.000,00.

Sem condenação da litisdenunciada em sucumbência, pois, no único ponto em que ofereceu resistência, seu pleito foi acolhido.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, ao 06 de outubro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**